



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE

Secretaria Municipal de Planejamento
Rua Nilo Soares Ferreira, 50 – Centro – CEP: 11750-000
Fone: (13) 3451-1000 - www.peruibe.sp.gov.br

33 conselheiros eleitos, representantes da sociedade civil. Reafirmou que a presente
34 audiência pública segue o regramento disposto na Lei Municipal nº 3368/2015,
35 iniciando pela apresentação dos objetivos e regras da audiência, passando pela
36 exposição técnica e abrindo-se para perguntas e sugestões. O material é bem
37 extenso e teremos um pequeno intervalo. Saliu que a data de hoje faz parte de
38 compromissos firmados com o Ministério Público, conforme já falado. Estamos
39 seguindo o cronograma à risca, com, no máximo, uma semana de atraso e estamos
40 cumprindo todos nossos compromissos. O início na data de hoje marca o início da
41 etapa de conclusão. Esta apresentação é fruto de uma coleta de contribuições e
42 hoje estamos fazendo a apresentação da proposta e coleta de contribuições
43 presenciais. A coleta de contribuições pela internet iniciou há 15 dias e permanecerá
44 aberta até 22/12/2020. Se for do agrado de todos, poderemos estender essa data. O
45 Conselho da Cidade discutirá item por item, ou seja, analisará todas as contribuições
46 apresentadas, para a construção de uma proposta de consenso. Estamos numa
47 etapa de discussões até o primeiro trimestre de 2021. Já recebemos diversas
48 contribuições e analisaremos, juntamente com o Conselho da Cidade, cada uma
49 delas. A prefeitura, depois da análise do Conselho da Cidade, também fará uma
50 análise e enviará para a Câmara. Na Câmara, por lei, também haverá uma rodada
51 de análises e debates. O processo é bem longo, e este é o primeiro evento da
52 rodada de conclusão. O Sr. Maurício iniciou sua explanação técnica da proposta de
53 revisão do Plano Diretor, através de apresentação em slides baseada em todo o
54 material disponibilizado no site, cujo conteúdo segue como anexo desta ata. As
55 21h07min a apresentação foi encerrada. O senhor Maurício propôs a extensão do
56 prazo de coleta de contribuições até o dia 31/01/2020. Comentou novamente que o
57 Conselho da Cidade analisará contribuição por contribuição. Os seguintes
58 munícipes solicitaram a palavra: Sra. Katia Maria Pacheco dos Santos, Rodrigo
59 Sanchez Wolpert, Plinio Edgar Borba de Castro Melo, Vitorio Cesar Figueiredo,
60 Melissa Cury e Andreia Callado e Sra. Nizete Nascimento Albuquerque. Sra. **Katia**
61 Pacheco inicia dizendo que há na lei a citação de um setor especial do setor
62 industrial e que essa proposta está vazia porque diz que terá lei específica. O
63 relatório coloca adequação ao mercado, unidades habitacionais menores (pág. 107
64 e 125) na macrozona de interesse turístico e isso atrapalha o turismo na cidade e



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE

Secretaria Municipal de Planejamento
Rua Nilo Soares Ferreira, 50 – Centro – CEP: 11750-000
Fone: (13) 3451-1000 - www.peruibe.sp.gov.br

65 compete com o feitiço da cidade. A senhora **Katia** aponta ainda que este é um
66 momento em que a sociedade de Peruíbe se manifesta em um documento que
67 durará por 10 anos e que condiciona o planejamento da cidade. Não é apenas uma
68 produção documental. Mexe com a vida das pessoas por 10 anos. Quero lembrar
69 que há 03 anos houve reuniões setoriais e não tenho memória, sinto falta de um
70 registro dando fidelidade ao artigo 12 do plano diretor dando publicidade numa ata
71 dessa etapa. Eu mesma coordenei uma mesa e ajudei a instrumentalizar.
72 Precisamos que registros sejam disponibilizados e isso é uma falha e há um
73 descumprimento. Outro objeto é disponibilizar as alterações em formato de lei, outra
74 coisa é o Maurício Maranhão apresentar de outra forma, na forma de apresentação.
75 Eu, particularmente, tive muita dificuldade. São Informações importantes, não haverá
76 outra audiência. Há erros na informação gravíssimos nessa lei. Os objetivos do
77 milênio, as ODS, são uma discussão desde 92 e gerou a agenda 21. O plano
78 vigente não cumpriu a agenda 21. Sustentabilidade é um tripé. Nosso projeto não é
79 construção e sim patrimônio ambiental. Há um erro de conceito. Escrevemos tudo
80 isso e vamos repassar. Quero que dê transparência às decisões que o MP cobrou.
81 A senhora **Kátia** salienta a necessidade de inclusões como o abastecimento
82 alimentar dessa cidade. Temos uma lei do banco de alimentos que não foi
83 regulamentada. Tem que estar dentro desse plano diretor: o que não está escrito,
84 não é cobrado. Outra inclusão é a respeito dos animais domésticos que também
85 deve ser objeto do plano diretor. Não podemos alterar a participação popular, deve
86 ser explicitada e ser garantida em todas as instâncias. Temos recomendação de
87 alterações da redação. Temos que garantir a transparência na letra da lei para
88 podermos cobrar no PPA. Também não há uma linha que trate da implantação dos
89 parques. Temos que garantir o acesso à informação. Não houve mudança no setor
90 da saúde e não foi lembrada a lama negra. No turismo não teve uma alternativa de
91 inclusão de atividade turística. É uma lei para 10 anos. Acompanhem, tudo tem que
92 estar escrito, pois é o PPA é o que vai nos garantir a implantação do plano diretor. O
93 senhor **Maurício** diz que a sistemática de monitoramento e avaliação do Plano é
94 muito importante e foi lembrada. Questão de saúde, recebemos diversas
95 manifestações. A lama negra foi colocada como um dos tratamentos da Atenção
96 Básica da Saúde. Houve uma política nacional do Ministério da Saúde que permitiu



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE

Secretaria Municipal de Planejamento
Rua Nilo Soares Ferreira, 50 – Centro – CEP: 11750-000
Fone: (13) 3451-1000 - www.peruibe.sp.gov.br

97 esse tipo de tratamento na atenção básica. O Dr. **Paulo** diz que a Lama Negra foi
98 colocada em dúvida, mas que hoje já está superado, pois há um doutorado
99 provando seus benefícios. O grande problema está em torno da extração da lama.
100 **Maurício** esclarece a todos que essas questões já foram recebidas por meio dos
101 formulários eletrônicos e serão analisadas minuciosamente pelo Conselho da
102 Cidade. Sobre o registro das audiências há 03 anos, não houve registro de atas das
103 Câmaras Temáticas, apenas houve o preenchimento dos formulários impressos de
104 contribuições. Sobre o Turismo, nada impede que seja incluído neste momento. A
105 partir de agora ainda há oportunidades de inclusões. Lembrando que tudo que
106 colocarmos na lei que gerar despesas, sendo necessário que se esclareça de onde
107 virão os recursos. A senhora **Katia** Pacheco solicitou a tréplica e fala novamente que
108 as contribuições de 03 anos atrás devem aparecer. Salienta que o pleito do MP deve
109 fazer parte do corpo de anexos para historicizar a lei. A redação apresentada de
110 redução de cadeiras pertencentes à sociedade civil, referente ao Conselho da
111 Cidade deve ser revista, o Poder Executivo ocupa 11 cadeiras. Precisa ter um
112 equilíbrio. Também não é possível deliberar algo com qualquer número de
113 presentes. Precisamos ter a gestão claramente escrita na forma da lei. Encaminhará
114 todas essas sugestões por e-mail e as entregou agora, impressas. **Maurício**
115 esclarece que, no Conselho da Cidade possui 11 cadeiras do Poder Público e 16
116 cadeiras da Sociedade Civil. O senhor **Rodrigo** Wolpert chama a atenção para 3
117 destaques em relação à lei. Leu o artigo 177, parágrafo 1º do Plano Diretor vigente
118 que define o coeficiente de aproveitamento e que não é exclusividade do código de
119 obras. Sobre o setor especial de interesse industrial é uma proposta vazia de
120 interesses e objetivos, não cumpre o disposto no artigo 2 do Estatuto da Cidade. Há
121 necessidade de ter uma caracterização. O relatório apresentado ainda coloca a
122 proposta de adequação ao mercado em relação a unidades habitacionais menores,
123 casas de menor padrão para zonas turísticas, nas páginas 107 e 128. Na área mais
124 valorizada na nossa cidade haverá esse tipo de imóvel? Temos ruas estreitas,
125 teremos uma explosão de pessoas para uma única casa na época de verão. Vai
126 atrapalhar o futuro da cidade, é problemático. **Maurício** diz que já existe legislação
127 complementar sobre a área de interesse industrial, vamos rever e talvez, citar a lei.
128 Sobre o coeficiente, sim, á temos definições. Sobre o relatório, são produtos que



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE

Secretaria Municipal de Planejamento
Rua Nilo Soares Ferreira, 50 – Centro – CEP: 11750-000
Fone: (13) 3451-1000 - www.peruibe.sp.gov.br

129 devem ser coerentes, mas não está incluído na lei, O relatório é uma provocação a
130 coisas que precisam ser melhor discutidas na cidade, não quer dizer que será um
131 artigo da lei. Também não queremos o rebaixamento do padrão construtivo da
132 cidade, mas às vezes, o mercado exige algo diferente. Precisamos colocar isso em
133 discussão, qual a melhor forma de atender a realidade de mercado sem cair o
134 padrão. O senhor **Rodrigo**, na tréplica, diz que essa demanda existe mesmo e por
135 vezes, as construções burlam nas normas. Porém temos que realmente pensar
136 nesse regramento e nas leis derivadas. O senhor **Plínio** Melo solicitou o registro de
137 sua fala na íntegra conforme segue: “Plínio Melo, presidente da ONG Mongue
138 Proteção ao Sistema Costeiro. Conselheiro Titular representante das ONGs - Quero
139 registrar aqui o meu total descontentamento com esta pressão desmedida que o
140 Ministério Público, em acordo com a Prefeitura, em aparente acordo com a
141 Prefeitura, exigiu e foi intransigente na data desta Audiência Pública. Foi
142 intransigente. Teria que ser hoje, de qualquer maneira. Porém todos os outros
143 “produtos” como o Presidente do Conselho gosta de dizer, não tem sequer data
144 definida, vão fazer ao longo do ano para atender os interesses do executivo com
145 anuência do Ministério Público da cidade de Peruíbe. Feito este registro que eu
146 espero que conste na íntegra, na Ata. Que, repito, a única data, a única
147 intransigência é que nesta data, durante a pandemia, com número limitado de
148 cidadãos. O resto, a Deus dará... em março, abril, maio. Seja quando for. O nosso
149 plano diretor eu acompanho desde o começo, nas primeiras audiências. Ainda no
150 tempo que o Maurício não era tão incisivo. Ouvia mais. Era mais cordial, era mais
151 democrático. Hoje parece que ele faz uma missão e, com maestria. Devo reconhecer
152 que você cumpre o seu papel com a mais absoluta maestria. Mas não é aquele
153 Maurício de 2005, não. O que nós vemos aqui são vários pesos e várias medidas.
154 Por exemplo, vamos suprimir os movimentos populares (do Conselho) porque não
155 tem movimento popular... Quando se trata de servidor público, “vamos reelegê-los,
156 “ad-eternum” porque tem muitos que não vão às reuniões. Então que suprima vagas
157 do setor público, também! Se o movimento popular não comparece, corta a vaga. E
158 o servidor público que é remunerado, isto é, participa das reuniões durante seu
159 horário de trabalho, portanto, é remunerado. Ele falta e não demonstra interesse.
160 Então, são dois pesos e duas medidas. Várias coisas que a gente deixou de fazer,



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE

Secretaria Municipal de Planejamento
Rua Nilo Soares Ferreira, 50 – Centro – CEP: 11750-000
Fone: (13) 3451-1000 - www.peruibe.sp.gov.br

161 deixou de implantar nestes 13 anos, por exemplo a Agenda 21. Nada foi feito. Então,
162 “suprime a Agenda 21” e vamos agora incluir para “não fazer” a Agenda 2030. É
163 assim que vamos fazer nesta Revisão. Tudo que a gente não fez, a gente tira e
164 inclui um novo marco, um novo ponto a ser descumprido lá frente. Outro ponto: O
165 texto que foi suprimido para acrescentar nova redação excluiu coisas
166 importantíssimas que também não foram cumpridas. Por exemplo, “o currículo
167 escolar das escolas isoladas obedecendo a tradição cultural do local onde elas estão
168 inseridas” – artigo 29 inciso VII – isto nunca foi obedecido. Ao contrário. O que a
169 administração fez, foi acabar com as Escolas Rurais. Muito menos adequar os
170 currículos. E agora, a nova redação iguala tudo dizendo que vai fazer um currículo
171 só. Agora, mais um ponto, com muita, muita ironia. Reclamam que Peruíbe não
172 cresce, que é engessada, que não pode fazer nada. Mas eu vejo que o Setor de
173 Interesse Turístico se tornou uma “Avenida Berrini” tal a quantidade de prédios e
174 salas comerciais. É impressionante o número de obras para escritórios comerciais. A
175 nossa cidade se tornou uma cidade comercial. Acho até que ao invés de ciclovias
176 deveríamos incluir turismo comercial com feiras de negócios. Dezenas de prédios
177 “comerciais” com alvará, habite-se... E aí vem a Prefeitura dizer que a cidade não
178 cresce. Como não cresce? Vocês não estão vendo? Ninguém está vendo este
179 inúmero crescimento de prédios comerciais? Agora falando muito sério e criticando
180 isto. São prédios comerciais, vendidos como residência que não podem ter
181 escrituras passadas porque são prédios comerciais. Ou seja, a prefeitura está
182 criando pra ela mesmo um gravíssimo problema. Estão fazendo uma coisa
183 absolutamente irregular tanto para o comprador, pro vendedor e, principalmente
184 para o Poder Público. O prédio comercial deveria ter AVCB, pagar INSS, cadastro
185 do contribuinte. Estas pessoas que estão comprando estes prédios comerciais
186 sabem disso? Ou a Prefeitura vai emitir apenas IPTU para eles? Diz que luta muito e
187 combate nesta cidade esta aura de bom-mocismo, que segue lei, que faz tudo certo.
188 Não, não está tudo certo. Há muitos e muitos anos que a gente vem se
189 encaminhando para o buraco. Nós (conselho) não fazemos nenhuma ação séria de
190 qualificação da cidade. O que nós estamos fazendo é adequar a cidade pro “cara”
191 ganhar dinheiro e ganhar mais dinheiro. Eu ficaria absolutamente envergonhado de
192 admitir que 50% de nossa população vive de programas sociais. Em estado de



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE

Secretaria Municipal de Planejamento
Rua Nilo Soares Ferreira, 50 – Centro – CEP: 11750-000
Fone: (13) 3451-1000 - www.peruibe.sp.gov.br

193 vulnerabilidade. A cidade não tem uma ação, um programa, um projeto pra
194 recuperar estas pessoas. Nós vemos este número aumentando dia após dia com a
195 contribuição do poder público. Encerro falando dos conselhos. A atual administração
196 promoveu uma política de destruição dos conselhos sociais. Criou uma força tarefa
197 com um ‘sargento” que participa de todos os conselhos criando inúmeras
198 dificuldades e destruindo os Conselhos. Cito o Conselho de Saúde que acabou com
199 a Conferência Municipal de Saúde. Como se pode acabar com a Conferência
200 Municipal de Saúde, no momento mais vulnerável, em plena pandemia. E Peruíbe
201 não tem mais Conferência Municipal de Saúde para estabelecer as políticas
202 municipais de saúde. Aí vem um louco qualquer e fala “vamos fazer hospital de
203 campanha”, “vamos fazer maternidade”, vamos fazer não sei o quê. E a Conferência
204 que determina as políticas públicas do município foi extinta. Mudar a Lei para o
205 conselho da cidade ter mandato de 4 anos é outro crime. É outro crime ficar sobre a
206 égide do PPA. O PPA não vale nada. Quantos alterações de orçamento o prefeito
207 fez nos últimos 4 anos? O prefeito alterou, creio 60/70% da LOA, através da
208 abertura de Crédito Adicional Suplementar. A cada semana vem 5 ou 6 projetos de
209 Lei do executivo alterando o orçamento. De que valem as Audiências Públicas da
210 Loa, do PPA da LDO... Então, a principal e única mudança que a gente precisa
211 neste momento para o Plano Diretor é vergonha na administração pública e seguir
212 as Leis como são determinadas.” O Senhor **Maurício** argumenta que, referente aos
213 funcionários que faltam às reuniões do conselho, às vezes o servidor precisa
214 escolher entre resolver um problema grave e imediato que está acontecendo no seu
215 departamento e participar de uma reunião onde o assunto em pauta não diz respeito
216 à sua área. Pergunta se as pessoas sabem quanto custa para o poder público uma
217 reunião de conselho, pois nunca ninguém se atentou em fazer esta conta. Sobre a
218 agenda 21 e agenda 2030: a agenda 2030 incorpora termos da agenda 21, por isso
219 essa alteração. Sobre a supressão do currículo escolar, foi proposição realizada
220 pelos profissionais da educação e deve ter uma explicação para isso. Sobre o
221 conselho de saúde, devemos falar com o setor. As alterações realizadas pela
222 administração são para fazer pequenos ajustes. O Senhor **Plínio** fez a tréplica,
223 dizendo que o conselheiro do poder público é assalariado e uma única vez por mês,
224 sai do setor para ir à reunião. Se ele todos os meses não pode ir à reunião por



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Secretaria Municipal de Planejamento
Rua Nilo Soares Ferreira, 50 – Centro – CEP: 11750-000
Fone: (13) 3451-1000 - www.peruibe.sp.gov.br

225 problemas no setor, então setor não está funcionando bem. Quando me refiro à
226 remuneração, me refiro a isso e não aos conselheiros que comparecem. O senhor
227 **Vitório** Cesar se apresentou e diz que representa os “conectados em ação” e a
228 “oeste cidadania”. Fez um questionamento a respeito da verticalização, que Peruíbe
229 permite uma construção de até 15 andares e que faltou especificar a zona e a região
230 que será verticalizada. Comentou ainda que fez 22 proposições por escrito, entre
231 elas, sobre a participação das organizações da sociedade civil, da lama negra no
232 sistema único de saúde e da progressividade do IPTU; A Senhora **Melissa** Cury se
233 apresentou e diz que não há nenhuma métrica sobre o plano diretor em vigor, para
234 saber se foi concluído o que foi proposto há 10 anos. Com relação ao turismo, não
235 temos estatísticas, sobre o assunto. Não temos a valoração dos nossos pontos
236 turísticos. Não há dados. O senhor **Maurício** pontou que a partir de agora haverá
237 essas observações. A senhora **Melissa** também considera que há uma participação
238 excessiva do poder executivo no conselho da cidade, 16 contra 11 significa um
239 conselho político. Sobre o adensamento na área política central concordou com as
240 preocupações do senhor Rodrigo Wolpert. Não há um objetivo definido sobre nossa
241 cidade daqui a 10 anos. Temos que ver que tipo de investimento queremos para
242 nossa cidade, que tipo de turista teremos. Foi deixado de lado o ecoturismo e a lama
243 negra. O presente plano do jeito que está não adiantará nada. A Senhora **Andreia**
244 Callado falou que o Ministério Público fez um acordo com a prefeitura sobre a
245 maternidade e não cobrou até hoje. Como está ocorrendo esse acordo?. Sobre as
246 moradias menores, aprovou o que o senhor Rodrigo falou. Fez ainda alguns
247 apontamentos sobre a administração. A senhora **Nizete** falou sobre a representação
248 popular no conselho da cidade, sobre o caráter democrático da audiência. Que o
249 caráter democrático é um pouco duvidoso. Que a prática da prefeitura é realizar as
250 audiências para implantar suas políticas e não dialogar com a população. Os
251 conselheiros indicados pela prefeitura não tem interesse, fico indignada de ouvir
252 isso. O conselheiro não está atendendo a seu interesse próprio, ela representa o
253 poder público. Se ele não está cumprindo sua obrigação ele está descumprindo sua
254 função pública. A sociedade civil faz isso de graça. Sobre os movimentos sociais,
255 quero destacar que temos que deixar espaço para esses movimentos. Quero
256 questionar quem decide as coisas? Se é um processo democrático, quem decidiu a



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE

Secretaria Municipal de Planejamento
Rua Nilo Soares Ferreira, 50 – Centro – CEP: 11750-000
Fone: (13) 3451-1000 - www.peruibe.sp.gov.br

257 data de hoje? Se é democrático, porque a data de hoje foi decidida unilateralmente.
258 O que foi debatido nessas audiências? Onde estão os registros? Tudo some.
259 Percebemos a manipulação do processo democrático. Sentiu falta do atendimento
260 da sustentabilidade social, apenas da sustentabilidade econômica. Se temos 50% de
261 população vulnerável, como vamos resolver qual o plano para resolver essa
262 vulnerabilidade? A senhora Nizete solicitou o registro de sua fala na íntegra em
263 documento apresentado posteriormente, conforme segue: “Eu sou Nizete. Eu queria
264 fazer algumas provocações, não vai dá para colocar tudo porque são muitas
265 questões, mas eu queria chamar atenção primeiramente sobre a questão do caráter
266 popular a respeito do conselho da cidade e da audiência. Então, eu queria falar a
267 respeito do caráter democrático da audiência e do próprio conselho da cidade,
268 porque me causa estranhamento a gente falar que o processo está sendo
269 democrático e as pessoas reclamarem que não estavam sabendo, que não puderam
270 participar, de que houve ação no ministério público para tentar adiar essa audiência.
271 Então, esse é um primeiro ponto em que eu acho que esse caráter democrático ele
272 é um pouco duvidoso. Então a gente tem que prestar atenção nisso porque me
273 parece que a prática dessa prefeitura tem sido realizar as audiências no sentido de
274 legitimar as políticas que eles vão implantar. Não de dialogar com a população,
275 porque se realmente houvesse o compromisso de dialogar com a população não
276 precisaria passar por cima da população que está pedindo o direito de participar.
277 Ora! A população está pedindo: adia, nós queremos participar, nós queremos estar
278 aqui. E a prefeitura diz: Não! Não pode, não pode, não pode! E aí diz que o caráter é
279 democrático?!? Me parece um pouco duvidoso. Outra coisa que me chamou a
280 atenção é que você (Sr. Mauricio Maranhão) enfatizou mais de uma vez que os
281 conselheiros indicados pela prefeitura, muitos não têm interesse e acabam não
282 comparecendo no conselho. Não tem interesse. Eu fico um pouco indignada de ouvir
283 isso de um servidor público. Eu sou servidora pública municipal e estadual e como o
284 próprio nome diz servidor público, serve ao público. O cara que é conselheiro, a
285 mulher que é conselheira não está atendendo ao seu interesse próprio. Ela não vem
286 no conselho atender ao seu interesse. Vem no conselho representar o poder público.
287 Então é uma pessoa indicada pelo poder público para representar o interesse do
288 poder público. Se esse servidor indicado não está vindo, não está participando, ele



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE

Secretaria Municipal de Planejamento
Rua Nilo Soares Ferreira, 50 – Centro – CEP: 11750-000
Fone: (13) 3451-1000 - www.peruibe.sp.gov.br

289 está descumprindo o papel dele de servidor público. Ele não tem que vir na
290 audiência porque é interesse pessoal dele. É um absurdo essa fala. A participação
291 dele atende ao serviço público, a demanda da população. Quantos cargos de
292 confiança existe na prefeitura? Quantos funcionários de confiança poderiam estar
293 aqui participando? Recebem dinheiro público, do povo para trabalhar para o povo. É
294 reunião, é chato, é demorado, mas tem que vir. Vocês estão ganhando para isso.
295 Olha a sociedade civil aqui. De graça, está aqui. Aí o poder público recebendo não
296 pode porque não tem interesse pessoal? Essa fala me parece absurda. Outra coisa
297 que eu queria enfatizar é essa questão dos movimentos sociais. Foi colocado que
298 hoje não existe demanda dos movimentos sociais. E aí a gente vai deixar no plano
299 diretor para os próximos dez anos que não vai existir movimentos sociais em
300 Peruíbe? Que não existe espaço para os movimentos sociais? A onde está a
301 democracia nesse processo? E eu queria também pedir um pouco de
302 esclarecimento a respeito de quem decide as coisas. Se é democrático porque a
303 data é decidida unilateralmente pela prefeitura, pelo poder público e não pelo poder
304 público e pela sociedade civil conjuntamente? Quem é que decide essas datas,
305 esses calendários? Como é feito isso? Porque se a prefeitura se alega tão
306 democrática, que quer tanto a participação popular, por que inviabiliza essa
307 participação? Então eu acho que a gente tem que prestar atenção nisso. Me parece
308 que a prefeitura tem essa postura. Realmente eles realizam a audiência. No entanto,
309 essas audiências elas têm tido mais esse papel de legitimar a política pública que a
310 prefeitura quer implantar, que eles optaram. E aí o que foi debatido nas audiências,
311 nessas instâncias some, não sabe onde está o relato, não tem documentação, fica
312 tudo no oral, você não acha as informações. Então aí você entra e começa a
313 perceber que esse caráter não é tão democrático. É uma manipulação do processo
314 democrático para dizer que é legítimo e muitas vezes não é. E por último. Só o
315 último ponto. Que eu senti a falta um pouco na fala da prefeitura a respeito do
316 atendimento da sustentabilidade social. Se enfatizou excessivamente a
317 sustentabilidade econômica na cidade que precisa de um desenvolvimento
318 econômico, mas pouco se enfatizou o desenvolvimento das pessoas que vivem aqui.
319 Se a gente tem 50% da população vulnerável no plano diretor deveria estar
320 enfatizado a solução dessa vulnerabilidade. Como a gente vai resolver 50%? Porque



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Secretaria Municipal de Planejamento
Rua Nilo Soares Ferreira, 50 – Centro – CEP: 11750-000
Fone: (13) 3451-1000 - www.peruibe.sp.gov.br

321 se fala de atrair capital de trazer o empreendedor, disso e daquilo, mas e o cara que
322 tá aqui. Porque a gente tem que tomar cuidado com os empreendimentos. Tem
323 empreendimento que você traz e é o empreendimento vai trazer mão de obra de
324 fora. Não vai empregar o cara que está aqui. Então, assim: o que vai ser feito? Qual
325 o plano para atender essa vulnerabilidade? Isso está muito mal colocado no plano.”
326 A senhora **Sylvia** Lima diz que temos que ter um olhar para a cultura e para o
327 calendário de eventos. O senhor **Rodrigo** diz que encaminhou suas contribuições
328 por escrito e pede atenção a esse encaminhamento realizado. **Maurício** esclarece
329 que no plano diretor não há discussão e altura e os 15 pavimentos permanecem e já
330 existem na legislação atualmente. Sobre saúde já foi esclarecido; sobre o IPTU
331 progressivo, ele trata na verdade de um conceito diferente: ele é um instrumento
332 criado para sobretaxar imóveis que não cumprem sua função específica, definido em
333 lei adicional. Sobre falta de metas, será criado um sistema de indicadores. Sobre a
334 vocação da cidade, podemos definir, porém se o investidor não entender e aceitar
335 essa vocação definida, não haverá investimento. Sobre as datas, foram deliberadas
336 pelo Conselho da Cidade e publicadas no Boletim Oficial do Município. O senhor
337 **Maurício** fez mais alguns esclarecimentos aos munícipes e a audiência foi
338 encerrada às 22 horas e 40 minutos. Não houveram mais questionamentos ou
339 contribuições. A audiência pública foi encerrada. Nada mais havendo a tratar, eu,
340 Karen Cristina Gewehr, designada para secretariar a audiência, lavrei a presente ata
341 para que produza seus efeitos legais.

342

343

344

Peruíbe, 18 de dezembro de 2020.

(Assinado no original)

(assinado no original)

MAURÍCIO MARANHÃO SANCHES
Representante da Secretaria de
Planejamento

KAREN CRISTINA GEWEHR
Secretária da audiência

345

Link e QR Code para conferência da gravação completa:

<https://www.youtube.com/watch?v=50Os73aKvU0>



346